

---

JOÃO PEIXOTO

Faculdade de Economia da Universidade  
de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

---

## Alguns dados sobre o Ensino Superior em Portugal

---

167

*Alguns estudos recentes, publicados pelo Ministério da Educação, serviram de estímulo a este texto. Nele, agrupa-se uma série de dados sobre: a evolução do acesso ao Ensino Superior Português, desde 1940, por ramos e tipos de ensino e localização geográfica; os proble-*

*mas actuais do acesso (candidaturas/colocações) e as preferências dos estudantes, por ramos de ensino. Por fim, são tecidas algumas considerações sobre as necessidades futuras dos diversos tipos de diplomas do Ensino Superior.*

**D** OIS estudos recentes, realizados no âmbito do Ministério da Educação, foram o pretexto para estas notas. Num deles (ME-GCIES, 1985), aprofundam-se os diferentes aspectos do acesso ao Ensino Superior em Portugal, na actualidade; no outro (ME-GEP, 1987), traça-se uma panorâmica do que poderá ser a futura necessidade de diplomados dos diferentes graus de ensino — incluindo o superior — até ao ano 2005. Num contexto em que se discute a reforma global do sistema educativo português, que passa por alterações ao modo de funcionamento do Ensino Superior (ME-CRSE, 1988), e em que a Universidade é internacionalmente questionada, no que respeita às suas funções e futuro (OCDE, 1987), pareceu-nos útil fornecer alguns dados e levantar alguns problemas acerca do passado, presente e futuro do Ensino Superior e da Universidade em Portugal. Abordaremos, em primeiro lugar, o passado recente — a «abertura» universitária e o surgimento das Universidades Novas; em segundo, alguns dos principais aspectos da actual procura do Ensino Superior — o acesso; em terceiro, o seu futuro — a necessidade previsível dos diplomados do ensino universitário e não universitário.

## 1. A «abertura» e o surgimento das Universidades Novas

À semelhança do que ocorreu em países mais desenvolvidos, datam da década de 60 e da primeira metade da de 70 alguns dos mais importantes ritmos de crescimento da população inscrita no Ensino Superior (E.S.) português. Ao contrário daqueles, no entanto, verificam-se acelerações posteriores: em 1975 e 1976 e na actual década. Analisando os valores anuais do número de inscritos (Gráfico 1, em Anexo), os maiores acréscimos percentuais situam-se, assim, entre os anos lectivos de 1958/59 e 1973/74 — com uma ligeira desaceleração no início da década de 70 (1971/72 e 1972/73); 1975/76 e 1976/77 — onde se registam os mais fortes acréscimos; e, finalmente (embora os dados mais recentes sejam pouco seguros), após 1983/84. O primeiro daqueles períodos representa, até hoje, o período mais amplo de abertura da Universidade; ele caracteriza-se, no entanto, por valores absolutos muito baixos. O segundo resulta claramente das alterações políticas e sociais verificadas em 1974 (o forte aumento do número de inscrições em 1975/76 beneficia, porém, do facto de em 1974/75 não terem funcionado, em geral, os primeiros anos dos cursos superiores). Após 1982/83, ou 1983/84 (depois de uma quase estagnação do número de inscritos entre 1977/78 e 1981/82), regista-se nova aceleração. Uma vez que não se conhecem valores posteriores a 1984/85 não é, pará já, possível confirmar a durabilidade desta tendência. Dados o atraso quantitativo em que se encontra o E.S. português e os desígnios dos actuais responsáveis pela educação, é possível que este aumento tenha continuidade; caso se atingissem as metas oficiais previstas, este poderia vir mesmo a constituir o período de «abertura» mais importante.

Os ritmos de crescimento do Ensino Superior Universitário (ESU) e não Universitário (ESNU) (Quadros 1 e 2) são diferentes. O ESU, dado o seu peso relativo (os universitários, embora em declínio percentual, representam mais de 60% dos estudantes do E.S.), tem condicionado a evolução global. Analisando os valores do ESU por decénio, o grande acréscimo relativo data dos anos 60 (+120%), registando na década de 1970 uma desaceleração (apenas +60%), e um pequeno aumento nos anos 80 (as taxas médias de crescimento anual do ESU são de 8,2%, 4,7% e 4,8%, nas décadas de 60, 70 e 80). O ESNU registou, por seu lado, o mais significativo acréscimo percentual durante a década de 70 (+160%) (os acréscimos anteriores a esta data, apresentados nos Quadros, não têm grande significado estatístico), desacelerando fortemente na primeira metade dos anos 80 (+24%) — o que reflecte as dificuldades recentes da sua implantação.

Em valores absolutos a situação do E.S. aparece, todavia, algo diferente (Quadro 1). O número adicional de inscritos no

E.S., por decénio, tem sempre vindo a aumentar. Tal deve-se à evolução do E.S.U: a este, acrescentaram-se perto de 24 000 estudantes nos anos 60, mais 25 000 nos anos 70 e, em menos de metade da década de 80, quase mais 15 000 indivíduos. Os fracos valores absolutos da escolarização nos anos 60 explicam parte da importância que então assumiram os aumentos relativos. Ao verificarmos a evolução das taxas de escolarização no E.S. desde 1940 (Quadro 3) confirma-se, porém, que o principal aumento da participação no E.S. se situa nos anos 60 (duplicação da taxa). (Note-se, finalmente, que em todos estes números se avalia o número global de inscritos, e não as primeiras matrículas no E.S.; o aumento da retenção no E.S., sem a obtenção de grau, pode enviesar a periodização proposta.)

A «abertura» do ensino superior português possui algumas particularidades. Em primeiro lugar, os níveis absolutos que atinge são muito reduzidos, quando comparados com os de países mais desenvolvidos. As taxas de escolarização no Ensino Superior são bastante mais baixas — qualquer que seja a metodologia utilizada — do que na maioria dos outros países europeus. Em Portugal, segundo o Recenseamento Geral da População, esse valor rondava, em 1981, os 5% (Quadro 3); isso significa — da forma como foi calculado — que apenas 1 em cada 20 jovens de idade compreendida entre os 18 e os 24 anos frequentava estabelecimentos de E.S.. Segundo outras fontes, incluindo o Ministério da Educação, este valor atinge, na actualidade, cerca de 11%; é, no entanto, calculado com uma metodologia diversa, pois considera os estudantes de todos os grupos etários. Nos outros países da Europa, a taxa de escolarização no E.S. — calculada com uma metodologia próxima desta última — situa-se, normalmente, entre os 25% e 30% (casos da Espanha, Itália, França ou Bélgica, por exemplo), sendo excepção os valores inferiores a estes (como é também o caso da Grécia, com 17.7%) (Coelho, 1987). De entre os países da OCDE, os Estados Unidos são quem mais se aproxima de um ensino superior de «massas», com uma proporção de 1 em 4 jovens da população activa com um grau de E.S. (OCDE, 1987:68), atingindo a taxa de escolarização, tal como é vulgarmente divulgada, cerca de 50%.

Em segundo lugar, a «abertura» universitária portuguesa não significou uma democratização, ou instauração da igualdade social de acesso. No final dos anos 60 os trabalhos de Sedas Nunes já o comprovavam: «o acesso às Universidades» — escrevia então — «continua reservado essencialmente a indivíduos provenientes das categorias sociais mais ou menos privilegiadas» (Nunes, 1970:646). Após 1974, é provável que se tenha dado uma maior abertura social; aguardamos estudos

generalizados que o confirmem. A selectividade social no acesso ao ensino superior existe, porém, na maioria dos países membros da OCDE: segundo esta organização, o grande aumento das taxas de escolarização no E.S. nos anos 60 «não melhorou significativamente» a «posição relativa dos grupos sociais mais desfavorecidos» — para além destes se tenderem a concentrar mais no E.S. não universitário do que no universitário (OCDE, 1987:34-35). Dados os pequenos números envolvidos na Universidade portuguesa, a selectividade social deve ser — foi-o decerto nos anos 60 — mais rigorosa do que em outros países europeus.

Em terceiro lugar, a abertura do Ensino Superior significou uma progressiva igualdade na participação dos sexos — e, nesse aspecto, a tendência foi semelhante à dos outros países da OCDE (OCDE, 1987:36-37). Em 1940, apenas 1 em cada 5 estudantes do ESU português pertencia ao sexo feminino; actualmente, a proporção é de 1 para 2 (Quadro 4) — isto é, atingiu-se a igualdade plena. Foram, de facto, as raparigas as principais beneficiadas com a abertura dos anos 60: o grande acréscimo da participação feminina data desses anos (+212%); em 1970, já atingiam quase metade do valor total de inscritos. A sua participação é mais intensa no ESU do que no ESNU: no primeiro, elas ultrapassam hoje (1984/85) o número total de inscritos do sexo masculino (52,2% do total); no segundo, representam pouco mais de 1/3. A superioridade da escolarização feminina — existente actualmente em quase todos os níveis de ensino portugueses — significa frequentemente, no entanto (como sugerem Seruya e Seruya, 1985:14), menos um privilégio do que uma desvantagem comparativa no mercado de trabalho. A falta de atractividade do sistema de ensino, a sua pouca aplicabilidade profissional, as poucas oportunidades de trabalho, e a necessidade de obterem graus de ensino mais elevados para adquirirem vantagens comparativas, retêm mais as raparigas do que os rapazes no sistema escolar. A esta situação junta-se o problema, já conhecido, dos diferentes ramos do ensino superior seguidos pelos diferentes sexos. O facto de as raparigas permanecerem desfavorecidas no ESNU, pode confirmar a menor utilização do ensino como via de profissionalização imediata por parte das mulheres.

Se os anos 60 e o período até 1976 são de abertura quantitativa do E.S. — sobretudo universitário —, a segunda metade dos anos 70 representa uma viragem tanto quantitativa como qualitativa na Universidade e no E.S.. Até cerca de 1974, o crescimento assentou quase exclusivamente nos cursos e nas Universidades Tradicionais — sobretudo Lisboa; a partir dessa altura, assiste-se ao forte declínio do seu ritmo de crescimento, e ao surgimento — com maior intensidade — das Uni-

versidades Novas e do ESNU (cujas bases legais datam já de 1973 — Braga e Grilo, 1981). Na segunda metade da década de 70 as Universidades, de facto, multiplicam-se: Aveiro (primeiros estudantes inscritos em 1974/75), Minho e Universidade Nova de Lisboa (1975/76), Açores e Évora (1976/77), Institutos Universitários da Beira Interior e de Trás-os-Montes e Alto Douro (1978/79) e Algarve (1983/84); a par destas, surgem ou intensificam a sua importância as Universidades privadas: a Universidade Católica Portuguesa (grande aumento do número de inscritos em 1976/77), Universidade Livre (1978/79) e, na actual década, um conjunto significativo de outras. No que respeita ao ESNU, é ainda em meados da década de 70 que se assiste ao crescimento de novos estabelecimentos: os Institutos Superiores de Engenharia (1974/75 e 1975/76), ou os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração (1975/76), por exemplo.

Desta forma, se em 1970/71 todos os estudantes universitários portugueses se encontravam inscritos nas Universidades Tradicionais, em 1980/81 são já menos de 80% os que se encontram nessas condições e, em 1984/85, menos de 70%; nesta data, são quase 1 em cada 3 universitários portugueses os que frequentam as Universidades Novas ou estabelecimentos não integrados em qualquer Universidade (cf. Quadro 5). Em relação a todo o Ensino Superior, os matriculados no ESNU, por seu lado, representam hoje cerca de 17% do total, contra pouco mais de 10% em 1970/71 (curiosamente, a sua actual proporção é quase idêntica à que detinham em 1960/61; os números absolutos envolvidos, mais do que diferentes políticas educativas, talvez constituam a principal diferença).

Parece existir, na viragem qualitativa que se opera no E.S. português, alguma coincidência — a níveis absolutos distintos — com o que se passa em países mais desenvolvidos. Conforme se escrevia em 1982, a respeito destes últimos, enquanto o «acesso e o alargamento de oportunidades» constituíram o «princípio organizativo» do ensino superior nos anos 60, a «qualidade — a preservação da excelência académica tradicional, a busca de uma maior relevância vocacional, ou a melhor satisfação da procura dos estudantes» — é o princípio organizativo dos anos 80 (*Times Higher Education Supplement*, cit. OCDE, 1987:79). O desenvolvimento das Universidades Novas e do ESNU em Portugal prende-se assim, parcialmente, com necessidades detectadas noutros países: estas instituições fornecem, em grande parte, novos cursos, melhor adaptados às modificações económicas e tecnológicas, enquanto as Universidades Tradicionais se mantêm apegadas aos cursos clássicos; são utilizadas como elemento motor — a vários

níveis (indutores de emprego e carreamento de trabalho qualificado) — de regiões menos desenvolvidas; apresentam — sobretudo no caso do ESNU — cursos de menor duração e menos despesas de investigação; são elas quem, por estes motivos, melhor atraem os cada vez mais discutidos fundos públicos ou financiamentos internacionais (OCDE, 1987). Paralelamente, a «abertura» universitária dos anos 60 veio pôr em causa, nas Universidades Tradicionais, a qualidade do trabalho universitário, dado o grande aumento do pessoal docente e a dificuldade de progressão nas carreiras; e esta situação ainda mais as afasta das dotações orçamentais (OCDE, 1987). Na opinião da OCDE, foram a recessão económica posterior a 1973, o desemprego e a cada vez maior competição económica internacional (a exigir um elevado investimento na investigação aplicada), que puseram em causa o modelo de crescimento universitário dos anos 60.

A viragem qualitativa tem sido acompanhada — em Portugal como nos outros países desenvolvidos — por uma desconcentração geográfica do ensino universitário e não universitário (Quadro 5). Como foi referido, a «abertura» universitária dos anos 60 assentou predominantemente na Universidade de Lisboa (incluindo a Universidade de Lisboa e a Técnica) e, em menor grau, no Porto; esse crescimento levou, em primeiro lugar, à quebra da importância de Coimbra, que passou nesses anos de 26,8% para 20,5% do total dos estudantes universitários portugueses. A partir de 1970 registase uma pequena quebra de Lisboa: em 1970/71 esta concentrava quase 60% dos universitários (um pouco menos do que em 1940/41, mas num contexto quantitativo muito diferente), e hoje agrupa apenas 50% — ainda assim, 1 em cada 2 universitários. O declínio de Lisboa não tem sido mais intenso porque uma boa parte do crescimento das Universidades Novas tem favorecido a capital; esta tem sido a cidade quantitativamente mais beneficiada com a diversificação do ensino universitário. Dos pólos tradicionais, apenas o Porto reforçou, nos anos 70 e 80, a sua importância: concentra hoje um pouco mais de 20% dos universitários, contra entre 17% e 19% até 1970. Coimbra, por seu lado, que já perdera nos anos 60 para Lisboa, perde a partir de 1970 para o resto do país: em 1984/85, apenas estudam nesta cidade cerca de 15% dos estudantes universitários. Embora em pequenos números, mas com tendência claramente crescente, o resto do território — Litoral, Interior e Ilhas — alberga hoje cerca de 10% dos universitários.

Os principais aspectos quantitativos do acesso ao E.S. na actualidade encontram-se condensados numa importante compilação estatística do Gabinete Coordenador do Ingresso no Ensino Superior, do Ministério da Educação (ME-GCIES, 1985). Iremos, aqui, salientar três aspectos: o grande aumento recente das candidaturas ao E.S.; as preferências dos estudantes por ramos de ensino; e o grau de atracção regional dos estabelecimentos.

Em primeiro lugar, o número de candidaturas e de não colocações no E.S. conheceu recentemente um aumento brusco. Como se sabe, o actual regime de acesso ao E.S. é bastante restritivo: até 1977, não existia qualquer restrição quantitativa à entrada dos estudantes — ela dependia, até 1974, da realização ou dispensa de um exame de aptidão e, após 1974, da prestação de um serviço cívico; a partir de 1977 é, no entanto, institucionalizado o regime de «*numerus clausus*», que tem vigorado até hoje (sobre a evolução do regime de acesso, ver ME-GCIES, 1985: 17-19). Este carácter restritivo não é exclusivo de Portugal: vários outros países o conhecem (OCDE, 1987:7). No nosso país, a restrição de acesso tem criado, provavelmente, problemas particulares. Por um lado, o número de candidaturas ao E.S., nos últimos anos, tem aumentado bastante: de 1977/78 a 1984/85 o seu valor mais do que triplicou (passou de perto de 8 000 para quase 25 000 estudantes); antes de 1977, aliás, já o valor aumentava significativamente — esse facto é, precisamente, a razão do aumento brusco do número de inscritos em 1975/76 e 1976/77, e uma das razões invocadas para a criação do «*numerus clausus*» (idem: 18). O aumento das taxas de escolarização no ensino secundário, a diminuição da selecção nesse nível ou o aumento de candidaturas não provenientes do secundário, são algumas das causas deste afluxo (ME-CRSE, 1988:23). Por outro lado, o número de vagas — e colocações — no E.S. tem variado pouco nos últimos anos: em 1984/85 existiam mesmo menos vagas do que em 1980/81. Como resultado, a quantidade de estudantes não colocados aumentou fortemente, e atingia em 1984/85 cerca de metade das candidaturas (Gráfico 2).

Após 1984/85 a situação parece ter melhorado. Devido à lacuna de dados rigorosos (as últimas Estatísticas da Educação referem-se àquela data), é difícil avaliar os números envolvidos. Segundo o Ministério, a proporção de colocações atinge hoje (1987/88) 83% das candidaturas. Este número é contestado por outras fontes: na opinião de Rodrigues e Torgal (1988), a proporção de entradas no E.S. aproxima-se, no máximo, dos 68,7% (não levando em conta o total das segundas candidaturas nem o E.S. privado), ou eleva-se na direcção

## 2. O acesso ao Ensino Superior na actualidade

dos 83% (considerando as colocações no E.S. privado, mas talvez não o seu número de candidaturas). O objectivo do Ministério da Educação é, entretanto, vir a assegurar, a breve prazo (3-4 anos), a satisfação total das candidaturas (Ministro da Educação, Sessão de Encerramento das III Jornadas Pedagógicas da Universidade de Coimbra, 21 de Abril de 1988) — para isso já devendo contar, no entanto, com a Universidade Aberta.

A preferência dos estudantes candidatos ao E.S. por ramos de ensino tem variado significativamente. Na actualidade, a sua análise talvez seja, no entanto, pouco elucidativa: como se nota no relatório do GCIES, boa parte da procura estudantil obedece hoje menos à «vocação» do que a um cálculo baseado nas notas mínimas de ingresso em cada curso ou estabelecimento (ME-GCIES, 1985:25). Este é, aliás, a par da existência de lacunas de formações específicas nos estudantes colocados, o principal motivo invocado pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo para que se altere o regime de ingresso no E.S., retomando-se os exames de aptidão por curso ou cursos afins (ME, CRSE, 1988:27 e 41).

A evolução da procura — em primeira opção —, por ramos de ensino, não tem sido aquela que talvez fosse de esperar (Quadro 6). O ramo do E.S. que tem registado maior aumento relativo de procura, desde 1979/80, tem sido o das Ciências Sociais e Humanas — onde se incluem os cursos de Direito, Sociologia, Antropologia, Filosofia ou História; naquele ano, eram 17,4% dos estudantes os que o procuravam, menos do que os que se candidatavam aos de Engenharia e aos de Ciências Médicas e afins (onde se inclui Psicologia); em 1984/85 as Ciências Sociais e Humanas atingiam 31,4% das candidaturas, largamente à frente de qualquer outro ramo (seguiram-se as Engenharias, com 19,4%). Os ramos de ensino mais directamente relacionados com a evolução tecnológica e organizativa das sociedades modernas e, portanto, de colocação profissional mais imediata, como as Engenharias ou os cursos Económico-Sociais (Economia e Gestão de Empresas), têm registado decréscimos relativos da procura — os primeiros — ou apenas pequenos aumentos — de 7% para 9%, os segundos. O cálculo pessoal que preside a parte das candidaturas não explica satisfatoriamente esta variação: a nota de acesso às Ciências Sociais e Humanas, por exemplo, é hoje substancialmente mais elevada do que a das Económico-Sociais, o que devia restringir a sua procura. O caso das Ciências Médicas e afins — e, talvez, o das Engenharias — já será explicado por este cálculo: a procura diminuiu, no primeiro caso, de 22,7% para 12,4% do total. Razões como a continuada predominância das mulheres no Ensino Superior

(em 1984/85 elas atingiram 58% das candidaturas e das colocações — ME-GCIES, 1985:89-90), ou a procura de cursos por adultos, para valorização pessoal ou profissional, poderão ser outras hipóteses de explicação.

O número de vagas disponíveis — «*numerus clausus*» — por ramo de ensino provoca, por outro lado, carências muito diversas (Quadro 6). Assim, em 1979/80, apenas duas áreas eram carenciadas: as Ciências Médicas e afins e Arquitectura: satisfiziam apenas cerca de metade da procura. Actualmente (1984/85) apenas as Ciências Económico-Sociais e as Línguas e Literaturas possuem um número de vagas sensivelmente idêntico à procura em primeira opção — estando, assim, entre as de nota mínima de acesso menos elevada. Os cursos de entrada mais difícil são, agora, as Ciências Médicas e afins (são colocados apenas 1 em cada 4 candidatos), Arquitectura e Ciências Sociais e Humanas (colocação de 1 em cada 3).

A regionalização do E.S. é o último ponto que queremos destacar. Em primeiro lugar, em relação a instituições procuradas, são as Universidades Novas e o ESNU que têm registado maior acréscimo da procura nos últimos anos: de 1979/80 a 1984/85, o aumento relativo das candidaturas (em primeira opção) aos diferentes estabelecimentos foi de +295% para as Universidades Novas, +256,9% para o ESNU, e apenas +87% para as Universidades Tradicionais (as quais, ainda assim, continuam a receber cerca de 2/3 das candidaturas totais) (ME-GCIES, 1985:66-67). O cálculo das notas mínimas de acesso — em Lisboa, por exemplo, estas são sempre mais elevadas (idem: 26) —, uma preferência por novos cursos ou uma maior regionalização da procura, são razões para esta evolução.

Paralelamente, a predominância de Lisboa, Coimbra e Porto no campo das candidaturas e colocações não cessa de diminuir:

— o número de estudantes colocados no E.S. oriundos dos distritos de Lisboa, Coimbra e Porto tem, em geral, diminuído: em 1979/80 representavam 68,6% do total, e em 1984/85 57,7% (idem: 97 e 127);

— o número de estudantes colocados nesses distritos também: passaram de 93,1% para 84%, no mesmo período (idem: 95 e 125);

— o grau de atracção regional dos estabelecimentos do E.S. — candidaturas em primeira opção aos estabelecimentos existentes no distrito de origem dos candidatos — tem aumentado em todos os distritos, à excepção de Lisboa, Coimbra e Porto (Quadro 7). Nestes últimos, a procura, apesar de muito elevada, tem vindo a diminuir; atraem entre 75% (Porto) e 95% (Lisboa) dos estudantes aí residentes. Nos outros distritos que

possuem estabelecimentos do E.S. é cada vez maior a quantidade de residentes que pretende colocação; os aumentos verificados no grau de atracção dos distritos do Interior são particularmente significativos: em Vila Real, por exemplo, eram apenas 3,4% os estudantes que optavam por permanecer, em 1979/80, no E.S. do distrito; actualmente (1984/85), são já 22,7%.

As tendências da procura têm, assim, de alguma forma, confirmado as políticas educativas no âmbito do E.S. — mesmo se são, parcialmente, induzidas por elas. A procura das Universidades Novas, de novos cursos e dos estabelecimentos situados fora dos grandes centros, tem coincidido com a sua preferência pelos órgãos governamentais. Apenas a procura dos cursos de Ciências Sociais e Humanas não parece confirmar as prioridades actualmente existentes.

### 3. O futuro do Ensino Superior

No relatório do GCIES escreve-se, a dado passo: «No que respeita ao ensino superior, é discutível se o sistema deve ser, ou não, encarado numa óptica de satisfação da necessidade social, se perspectivado em termos das necessidades da mão-de-obra e produtividade. Neste último caso» — acrescenta-se —, «há que ter em conta as previsões da evolução de necessidades de mão-de-obra, fazendo estudos de mercado» (idem: 29). Problema semelhante é encarado pela CRSE: na opinião dos relatores do documento consagrado ao E.S., o futuro deste, no curto prazo, deve depender tanto das «necessidades de quadros superiores para o desenvolvimento do país» como, e «talvez sobretudo», de «uma pressão que se considera crescente da parte de potenciais candidatos ao ensino superior» — cuja não colocação pode pôr em perigo a «estabilidade» social e individual (ME-CRSE, 1988:34).

O futuro da Universidade é hoje geralmente questionado em todos os países desenvolvidos (OCDE, 1987). Em todos eles, durante a década de 60 e princípios de 70, se verificou uma entrada massiva de estudantes e uma grande expansão da actividade universitária. Com a crise económica posterior a 1973, veio a ser posta em causa essa expansão, e iniciaram-se pressões crescentes para uma maior ligação das suas actividades ao desenvolvimento económico, e para a redução dos seus custos.

Aquelas que se definem hoje como as principais «funções» da Universidade são, assim, algo contraditórias. Por um lado, pede-se-lhe que continue as suas tarefas tradicionais: desenvolver as potencialidades dos estudantes, «ensinar a aprender», preparar os estudantes para um leque alargado de actividades superiores (incluindo a resposta a situações novas); para isso, ela deve privilegiar as questões de longo

alcance, sem preocupações de aplicabilidade imediata («uma grande ênfase na utilidade directa dos saberes» — escreve-se — «serve para domesticar a Universidade» — Musgrove, cit. OCDE, 1987:15). Por outro lado, exige-se-lhe — numa época de restrições orçamentais — um empenhamento directo na economia, seja na formação mais profissionalizante dos estudantes, seja na prestação de serviços à comunidade; são, assim, mal vistas algumas formas de investigação «pura», e certos tipos de ensino menos ligados à actividade económica. Daqui a exigência actual da articulação da Universidade às empresas, ou do seu empenhamento na resolução de problemas «concretos». A resolução da contradição não é fácil: conforme se escreve no relatório da OCDE, as «incertezas de missão e objectivos são mais fáceis de tratar em condições de progresso do que em estagnação ou declínio» (OCDE, 1987:92).

Qual é, então, o futuro da Universidade e do Ensino Superior em Portugal? No que respeita à procura social, esta é crescente. O aumento das taxas de escolarização no secundário, o valor acumulado de não colocados no E.S., a rigidez do mercado de trabalho — que retém os jovens no sistema de ensino —, ou a procura crescente do E.S. por parte dos adultos — comum a todos os países desenvolvidos — e, talvez ainda, a elevação das qualificações exigidas no mercado de trabalho, explicarão o aumento da procura. Tendências negativas já verificadas noutros países, como a implosão demográfica, agirão pouco intensamente no curto e médio prazo em Portugal: ao contrário dos países mais desenvolvidos, que há alguns anos registam uma quebra nos escalões jovens, em Portugal essa quebra só agora se inicia, e os seus efeitos serão atenuados nos anos 90 (devido à quebra da mortalidade infantil após 1974 — Seruya e Seruya, 1985:68-69).

O aumento da procura estudantil é a principal razão que leva a CRSE a propôr, de imediato, uma «estratégia de franca expansão do 'numerus clausus'», otimizando a capacidade das instituições já existentes — sobretudo Universidades —, criando novos cursos, expandindo o politécnico, desenvolvendo instituições não tradicionais, como a Universidade Aberta, e estimulando — sob algumas condições — o ensino privado (ME-CRSE, 1988:33-39). Semelhante é o desígnio do actual Ministro da Educação, ao propôr para 1992 a duplicação do actual número de inscritos no E.S. (de cerca de 120 000 para 200 000 estudantes), elevando a taxa de escolarização dos actuais 11% para 20% (Ministro da Educação, Sessão de Encerramento das III Jornadas Pedagógicas da U.C., 1988).

Pelo lado das necessidades futuras de mão-de-obra o panorama é menos animador, e revela algumas contradições

no discurso oficial. As opiniões, no interior do próprio Ministério da Educação, nem sempre coincidem: no texto da CRSE aponta-se para a carência futura de quadros superiores (sendo, para satisfazer a procura, proposta a «reestruturação do leque de cursos superiores» — ME-CRSE, 1988:29-33); segundo outros, a formação superior — nomeadamente a universitária — não é, de modo nenhum, prioritária.

Esta última é, de alguma forma, a conclusão de um trabalho muito completo, oriundo do Ministério da Educação, acerca da evolução futura dos recursos humanos em Portugal (trabalho que recebeu o apoio consultivo do actual Ministro — ME-GEP, 1987). Nele, através de um modelo computadorizado de simulação, proveniente do B.I.R.D., e já testado anteriormente em Portugal (M.E.U., 1981; Abecassis e Soares, 1982), são previstas as quantidades futuras de mão-de-obra, por sector de actividade e nível de qualificação, e os diplomados por níveis de ensino, até ao ano 2005; chega-se, assim, a um certo número de formações escolares «deficitárias» ou «excedentárias», no futuro próximo. Nas suas conclusões não se refere o E.S. universitário como área de ensino a privilegiar — excepto, parcialmente, no caso das Universidades Novas; as maiores carências de formação verificar-se-ão nos «quadros superiores intermédios» e nos «quadros médios», entre outros, os quais irão requerer o desenvolvimento do E.S. politécnico ou da formação profissional pós-secundária. As formações «excedentárias», em relação às necessidades futuras do mercado de trabalho, serão as menos elevadas (até ao actual Unificado) e as universitárias — à excepção das Ciências Médicas, e com relevo para as Ciências Sociais e cursos de Letras; e as mais «deficitárias» as já referidas, a par da formação profissional no secundário e das formações universitárias «incompletas» (ME-GEP, 1987:48-49, 67, 91 e 99).

Detenhamo-nos, um pouco, neste trabalho. A sua utilidade, para fins de planificação do sistema educativo, parece inquestionável. As múltiplas hipóteses em que assentam as suas previsões — evolução do produto e da produtividade por sector de actividade; taxas de escolarização, abandono e repetência; evolução demográfica — são, obviamente, bastante frágeis; isso mesmo é reconhecido no próprio relatório (sobretudo, como nele próprio se escreve, por se atravessar uma era de profundas transformações tecnológicas e na estrutura de emprego) (idem: 11). Por esta razão, as suas conclusões são cautelosas: «dadas as dificuldades de previsão» — escreve-se —, «deverá haver uma aposta na formação de indivíduos com um alto *potencial de mobilidade (...) e substituição*» — isto é, capacidade de adaptação a funções muito diversificadas, por parte dos diplomados nas diferentes

estruturas de ensino (idem: 12). Internacionalmente, chega-se, aliás, à mesma conclusão: o alto ritmo da evolução tecnológica não aconselha formações demasiado estritas, dada a sua possível obsolescência a curto prazo (OCDE, 1987:15). Além disto, alguns dos procedimentos metodológicos do relatório são discutíveis (por exemplo, ao quereremos saber a necessidade futura de licenciados numa área específica das Ciências Sociais, como a Sociologia, encontraremos englobadas, num mesmo grupo, todas as licenciaturas de Ciências Sociais, Letras e Ciências Musicais). Algumas conclusões do trabalho do GEP parecem coincidir, no entanto, com resultados obtidos noutros contextos: uma série de estudos realizados nos Estados Unidos acerca da estrutura de emprego futura conclui, por exemplo, que apesar de um forte acréscimo percentual se poder vir a verificar em algumas profissões muito especializadas — relacionadas com as novas tecnologias —, o maior número de profissões a criar será de tipo não qualificado ou, quando muito, de qualificação média (Dorozinsky, 1984).

A manter-se a actual proposta de alargamento de acesso ou de eliminação do «*numerus clausus*», a situação poderá, eventualmente, ficar agravada (não é claro, no modelo do GEP, qual a evolução pressuposta do acesso ao E.S.) — sobretudo se não for alterado o leque de cursos disponíveis, ou prevalecer a importância do ensino universitário em relação ao politécnico. Importantes atenuantes devem, no entanto, ser colocadas a estas perspectivas. Em primeiro lugar, as que se relacionam com a fragilidade das previsões: no próprio relatório se admite que o «*peso excessivo da componente formação ao nível universitário, em relação às do nível politécnico e secundário complementar (técnico e profissional, formal e não formal)*», pode apenas resultar da «*adopção de um crescimento pouco relevante do peso relativo das profissões mais graduadas nas matrizes das ocupações que se utilizaram no modelo (...)*» (idem: 67). Em segundo lugar, nele se apontam como áreas «*deficitárias*» praticamente todas as licenciaturas universitárias incompletas — o que poderá corresponder a uma forma de subemprego, com sub-utilização das qualificações obtidas — situação já comum a outros países desenvolvidos. Por último, pode suceder uma situação benéfica, paralela a esta última: a qualificação e responsabilização crescentes de alguns níveis de emprego, aumentando a solicitação de diplomados universitários — como tem também sucedido noutros países (OCDE, 1987:67). Por todas estas razões, não deverá ser preocupante o alargamento proposto do acesso ao E.S..

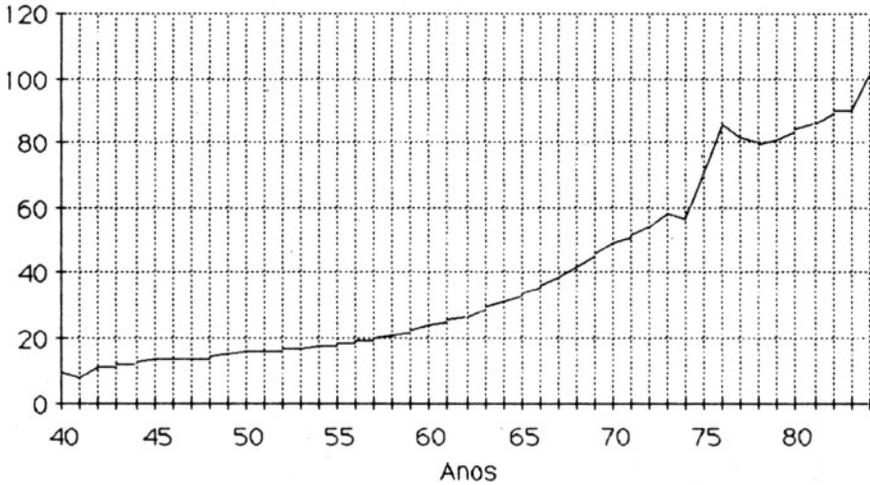
Uma outra tendência, além do aumento global das vagas, é detectável na evolução futura do E.S. português. Dada a actual conjuntura, desfavorável ao papel tradicional da Universidade — a investigação pura, o generalismo, o desenvolvimento de ciências com pouca aplicação económica e tecnológica —, é provável que os responsáveis pelas políticas educativas utilizem os meios disponíveis para favorecer o desenvolvimento do E.S. politécnico e de certos ramos do ensino universitário. Esta evolução é claramente recomendada em dois dos relatórios analisados do Ministério da Educação: no trabalho do GEP, propõe-se a «consolidação das Universidades criadas depois de 1970, (...) o desenvolvimento do ensino superior politécnico, (...) a criação de incentivos ao ensino privado particularmente em certos domínios científicos e tecnológicos e (...) o lançamento do ensino à distância» (ME-GEP, 1987:99). Medidas algo semelhantes são apontadas pela CRSE: esta propõe fazer depender as dotações orçamentais para o E.S. de elementos como o número de candidatos a primeira matrícula em cada estabelecimento — o que favorecia, no entanto, a manterem-se as actuais escolhas, os cursos de Ciências Sociais e Humanas —, ou a «necessidade de expansão» de certos ramos de ensino, entre outros (ME-CRSE, 1988:43). Do primeiro elemento poderá resultar, aliás, algo de novo no E.S. e na Universidade portuguesa: a competição entre escolas, no sentido de atraírem mais verbas.

Dadas as necessárias precauções na previsão das necessidades futuras de diplomados, sobre as quais assentam, em grande parte, as medidas propostas pelo GEP e pela CRSE (a ocupação de cargos de responsabilidade na área da Gestão por parte de licenciados em Ciências Humanas poderá ser uma realidade no futuro, por exemplo); e dada a necessidade de não investir em formações superiores demasiado estritas, tendo em conta o ritmo da evolução tecnológica — questões, aliás, previstas no próprio relatório do GEP; o peso a atribuir aos novos cursos e ao ensino não universitário, em detrimento dos cursos tradicionais ou das Humanísticas, não devem, a nosso ver, ser excessivos. Tal contrariaria também uma das funções tradicionais da Universidade: as necessidades correntes do mercado não devem inviabilizar a sua vocação primordial — a realização da «determinação humana básica de conhecer» (Jaspers, cit. OCDE, 1987:13). ■

## ANEXOS

GRÁFICO 1

Alunos inscritos no Ensino Superior (milhares)



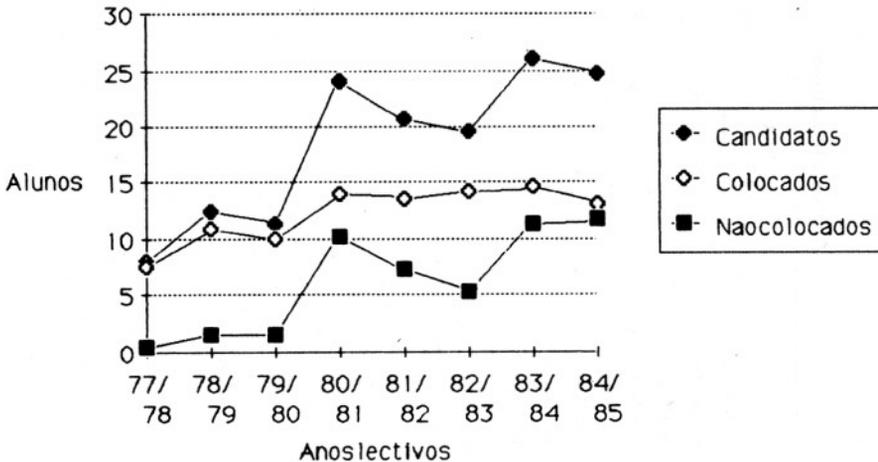
181

NOTAS: (a) Os anos indicados representam anos lectivos; por exemplo, 1940 (40) significa 1940/41. (b) O valor de 1983/84 não inclui o Instituto Superior Técnico, e o de 1984/85 o Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

FONTE: INE, *Estatísticas da Educação* (excepto 1981/82: *Anuário Estatístico 1984/85*).

GRÁFICO 2

Candidaturas e colocações no Ensino Superior (milhares)



FONTE: ME-GCIES, 1985.

## QUADRO 1

## Alunos matriculados no Ensino Superior Universitário e Não Universitário (a)

	1940/41		1950/51		1960/61		1970/71		1980/81		1984/85	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
<b>ENS. SUP. UNIV.</b>	<b>8 705</b>	<b>97,1</b>	<b>12 903</b>	<b>95,7</b>	<b>19 987</b>	<b>83,7</b>	<b>43 966</b>	<b>88,9</b>	<b>69 879</b>	<b>83,0</b>	<b>84 385</b>	<b>82,6</b>
Univ. Trad.												
Coimbra	1 611	18,0	3 220	23,9	5 356	22,4	9 022	18,2	11 214	13,3	12 703	12,4
Lisboa (b)	5 458	60,9	7 462	55,3	10 569	44,3	25 911	52,4	29 910	35,5	30 989	30,3
Porto	1 636	18,3	2 221	16,5	3 597	15,1	8 258	16,7	13 933	16,6	14 453	14,2
Univ. Novas (c)									12 595	15,0	23 148	22,7
Outros (d)					465	1,9	775	1,6	2 227	2,6	3 092	3,0
<b>ENS. SUP. NÃO UNIV. (e)</b>	<b>256</b>	<b>2,9</b>	<b>586</b>	<b>4,3</b>	<b>3 890</b>	<b>16,3</b>	<b>5 495</b>	<b>11,1</b>	<b>14 294</b>	<b>17,0</b>	<b>17 752 (f)</b>	<b>17,4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8 961</b>	<b>100</b>	<b>13 489</b>	<b>100</b>	<b>23 877</b>	<b>100</b>	<b>49 461</b>	<b>100</b>	<b>84 173</b>	<b>100</b>	<b>102 137 (f)</b>	<b>100</b>

## NOTAS:

(a) A nomenclatura utilizada, bem como as instituições incluídas em cada grupo, são praticamente idênticas às utilizadas no estudo do GCIES (ME-GCIES, 1985); as excepções são as seguintes: em primeiro lugar, no Ensino Superior não Universitário foram incluídas, além das instituições referidas pelo GCIES, todas as outras que figuram nas *Estatísticas da Educação*; em segundo, foram incluídas nas Universidades Novas as Universidades privadas, não consideradas pelo GCIES.

(b) Inclui a Universidade de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa.

(c) Inclui as Universidades do ensino oficial criadas após 1974, os Institutos Universitários e as Universidades privadas (até 1970/71 incluídas no Ensino Superior não Universitário).

(d) Inclui os estabelecimentos do Ensino Superior Universitário não incluídos em qualquer Universidade. É o caso de Arquitectura (excepto em 1980/81 e 1984/85 — incluída nas Univ. Tradicionais); Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; e Escolas de Medicina Dentária de Lisboa e Porto.

(e) Em 1940/41 foi apenas incluída a Escola Superior Colonial e, em 1950/51, além desta, a Escola do Exército e a Escola Naval. A partir de 1960/61, as instituições incluídas são múltiplas.

(f) Não inclui o Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

FONTE: INE, *Estatísticas da Educação*.

QUADRO 2

**Alunos matriculados no Ensino Superior Universitário e Não Universitário — Ritmo de Evolução (%)**

	1940/41 a 1950/51	1950/51 a 1960/61	1960/61 a 1970/71	1970/71 a 1980/81	1980/81 a 1984/85
<b>ENS. SUP. UNIV.</b>	+48,2	+54,9	+120,0	+58,9	+20,8
Univ. Trad.					
Coimbra	+99,9	+66,3	+68,4	+24,3	+13,3
Lisboa	+36,7	+41,6	+145,2	+15,4	+3,6
Porto	+35,8	+62,0	+129,6	+68,7	+3,7
Univ. Novas					+83,8
Outros			+66,7	+187,4	+38,8
<b>ENS. SUP. NÃO UNIV.</b>	+128,9	+563,8	+41,3	+160,1	+24,2
<b>TOTAL</b>	+50,5	+77,0	+107,1	+70,2	+21,3

FONTE: Quadro 1.

183

QUADRO 3

**Taxas de Escolarização no Ensino Superior (a)  
1940 a 1981 (%)**

1940	1950	1960	1970	1981
0,9	1,3	1,6	3,2	4,7

NOTA: (a) N.º de estudantes com 18-24 anos que frequentam o Ensino Superior (excepto 1981: estudantes com 15-24 anos)/População total com 18-24 anos.

FONTE: INE, *Recenseamentos da População*.

## QUADRO 4

**Participação Feminina no Ensino Superior Universitário e Não Universitário**  
(Importância percentual e ritmo de evolução)

	1940/41	1950/51	1960/61	1970/71	1980/81	1984/85
<b>ENS. SUP. UNIV. (%)</b>	20,3	26,0	31,4	45,5	47,3	52,2
<b>Acréscimo (%)</b>		+ 89,9	+ 86,8	+ 219,5	+ 65,2	+ 33,3
<b>ENS. SUP. NÃO UNIV. (%)</b>	1,2	—	19,8	35,4	33,3	37,6 (a)
<b>Acréscimo (%)</b>		—	—	+ 151,8	+ 145,1	+ 40,0 (a)
<b>TOTAL (%)</b>	19,7	24,9	29,5	44,4	45,0	49,7 (a)
<b>Acréscimo (%)</b>		+ 89,6	+ 109,8	+ 212,1	+ 72,3	+ 34,0 (a)

NOTA: (a) Não inclui o Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

FONTE: INE, *Estatísticas da Educação*.

QUADRO 5

**Ensino Superior Universitário**  
**Alunos matriculados por pólos (%)**

	1940/41	1950/51	1960/61	1970/71	1980/81	1984/85
<b>Coimbra</b>	<b>18,5</b>	<b>25,0</b>	<b>26,8</b>	<b>20,5</b>	<b>16,0</b>	<b>15,1</b>
<b>Lisboa</b>	<b>62,7</b>	<b>57,8</b>	<b>52,9</b>	<b>58,9</b>	<b>50,9</b>	<b>49,0</b>
Univ. Trad.	62,7	57,8	52,9	58,9	42,8	36,7
Univ. Nov. (a)	—	—	—	—	5,2	9,5
Outros (b)	—	—	—	—	2,9	3,1
<b>Porto</b>	<b>18,8</b>	<b>17,2</b>	<b>18,0</b>	<b>18,8</b>	<b>19,9</b>	<b>21,1</b>
Univ. Trad.	18,8	17,2	18,0	18,8	19,9	17,1
Univ. Nov. (c)	—	—	—	—	—	4,1
<b>Outros</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>6,2</b>	<b>11,1</b>
Indeterm. (d)	—	—	2,3	1,8	6,9	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

NOTAS: (a) Inclui Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Filosofia — Secção de Lisboa); Universidade Internacional; Universidade Livre — Lisboa (1984/85); Universidade Nova de Lisboa.

(b) Inclui Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

(c) Inclui Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto; Escola Superior de Biotecnologia); Universidade Livre — Porto (1984/85).

(d) Indeterminados: Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Ciências Humanas — Lisboa e Porto; Faculdade de Filosofia; Faculdade de Teologia); Universidade Livre (Lisboa e Porto — 1980/81); curso de Arquitectura (Lisboa e Porto — 1960/61 e 1970/71); Escola de Medicina Dentária (Lisboa e Porto).

FONTE: INE, *Estatísticas da Educação*.

## QUADRO 6

Evolução da Procura (Candidaturas em 1.ª Opção) e da Oferta (Vagas/Candidaturas)  
por Ramos de Ensino Superior (a)(%)

	Estudos Cient.-Naturais e Cient.-Tecnológicos							Est. Sociais e Humanísticos				Artes	
	CEN	Eng.	C. Méd.	CAP	EF	Arq.	Total	Ec. Soc.	S. Hum.	L. Lit.	Total	Visuais	TOT.
<b>Cand. 1.ª op.</b>													
1979/80	10,1	23,0	22,7	3,4	1,0	3,4	<b>63,6</b>	6,6	17,4	12,1	<b>36,1</b>	0,3	<b>100</b>
1984/85	11,2	19,4	12,4	4,2	1,2	2,3	<b>50,6</b>	9,2	31,4	7,6	<b>48,3</b>	1,1	<b>100</b>
<b>Vagas/Cand.</b>													
1979/80	123,5	113,7	49,8	102,1	256,9	44,0	<b>90,3</b>	307,3	121,0	133,0	<b>158,9</b>	641,0	<b>117,0</b>
1984/85	65,4	65,4	25,1	47,5	76,1	32,6	<b>52,8</b>	109,0	33,9	99,3	<b>58,5</b>	67,7	<b>55,7</b>

NOTAS: (a) Excepto Ensino Politécnico.

CEN — Ciências Exactas e Naturais; Eng. — Engenharias; C.Méd. — Ciências Médicas, Paramédicas, Farmacêuticas; CAP — Ciências Agro-Pecuárias; EF — Educação Física; Arq. — Arquitectura; Ec.Soc. — Económico-Sociais; S.Hum. — Sociais e Humanas; L.Lit. — Línguas e Literaturas.

FONTE: ME-GCIES, 1985:53.

## QUADRO 7

## Graus de Atracção Regional dos Estabelecimentos de Ensino Superior (a)(%)

	Aveiro	Braga	C. Branco	Coimbra	Évora	Faro	Lisboa	Porto	Santarém	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira
1979/80	17,9	25,6	2,6	90,5	18,6	—	94,7	88,2	—	3,4	—	31,1	—
1984/85	19,2	43,3	12,9	84,3	41,8	10,6	93,3	76,2	1,3	22,7	16,0	37,2	1,0

NOTA: (a) Candidaturas em primeira opção aos estabelecimentos de Ensino Superior existentes no distrito de origem dos candidatos.

FONTE: ME-GCIES, 1985:173.

**Referências Bibliográficas**

- Abecassis, M.<sup>a</sup> M.; Soares, M.<sup>a</sup> C. M. 1982 *Estratégia do desenvolvimento dos recursos humanos em Portugal (Reflexos sobre o emprego)*. Lisboa: Ministério do Trabalho (Col. «Estudos», Série D, 3).
- Braga, C. Lloyd; Grilo, E. M. 1981 «Ensino Superior», em M. Silva e M. I. Tamen, *Sistema de ensino em Portugal (Reflexos sobre o emprego)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 223-257.
- Coelho, E. P. 1987 «Agora ou nunca!», *Expresso*, 19/9/1987.
- Collège de France / P. Bourdieu 1987 «Propostas para o ensino do futuro», *Cadernos de Ciências Sociais*, 5.
- Cruzeiro, M.<sup>a</sup> Eduarda 1970 «A população universitária portuguesa: uma nota estatística», *Análise Social*, 32.
- Dorozynski, A. 1984 «Les professions de l'an 2000: concierge, cammionneur, ou garçon de café!...», *Science & Vie*, 806.
- Ministério da Educação — Comissão de Reforma do Sistema Educativo 1988 (ME-CRSE), «O acesso ao Ensino Superior», em *Documentos Preparatórios — II*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ministério da Educação — Gabinete Coordenador do Ingresso no Ensino Superior 1985 (ME-GCIES), *Acesso ao Ensino Superior — Análise dos dados estatísticos — Volume I — 1977/78 a 1984/85*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Ministério da Educação e Cultura — Gabinete de Estudos e Planeamento 1987 (ME-GEP), *Desenvolvimento dos recursos humanos em Portugal — Cenários até 2005*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.
- Ministério da Educação e das Universidades 1981 (M.E.U.), «Política da Educação — Estratégia de desenvolvimento dos recursos humanos», *Boletim Informativo*, 14.
- Nunes, A. Sedas 1968 «A população universitária portuguesa: uma análise preliminar», *Análise Social*, 22-23-24.
- Nunes, A. Sedas 1970 «A Universidade no sistema social português — Uma primeira abordagem», *Análise Social*, 32.

- |                                     |      |  |
|-------------------------------------|------|--|
| OCDE                                | 1987 | <i>Universities under scrutiny</i> . Paris: OCDE.  |
| Rodrigues, A. S.;<br>Torgal, L. R.  | 1988 | «O ingresso no ensino superior: uma correcção às estatísticas», <i>Diário de Notícias</i> , 10/4/1988. |
| Seruya, José M.;<br>Seruya, Luís M. | 1985 | <i>Sistema educativo e mercado de emprego</i> . Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.                 |